

ProLEEI SUL: PERCURSOS DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ENTRE UNIVERSIDADES, FORMAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

ProLEEI SUL: TRAJECTORIES OF LITERACY POLICY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION INTERSECTIONS OF UNIVERSITIES, TEACHER TRAINING, AND SCIENTIFIC PRODUCTION

Aline Pelissari Kravos

Doutoranda em Educação, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6148664411067116>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5863-2047>
E-mail: alinepkravos10@hotmail.com

Claudiane Ribeiro

Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1816100315928577>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1069-8870>
E-mail: claudianemarau@gmail.com

Marilane Maria Wolff Paim

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8450316676913597>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0733-6573>
E-mail: marilane.paim@uffs.edu.br

Resumo: O presente trabalho analisa as concepções de leitura e escrita desenvolvidas no âmbito do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), inserido no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O objetivo é refletir sobre o ProLEEI enquanto política pública de formação, o papel das universidades federais, a formação continuada dos professores que atuam na pré-escola e a produção teórica vinculada à coletânea LEEI Sul. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O Programa reconhece a criança como sujeito ativo, que constitui seus conhecimentos sobre a linguagem escrita por meio de interações, brincadeiras, contação de histórias e mediações pedagógicas, sem a antecipação precoce da alfabetização. A análise da coletânea LEEI Sul evidencia que as obras registram e problematizam vivências cotidianas, contribuindo para a produção de conhecimento advinda da práxis. Conclui-se que o ProLEEI fortalece a formação docente ao articular políticas públicas, universidades e redes escolares em uma perspectiva colaborativa, promovendo práticas pedagógicas alinhadas ao direito das crianças às múltiplas linguagens e à cultura escrita. **Palavras-chave:** Educação Infantil. Política pública. Formação de professores. Universidades federais. Cultura escrita.

Abstract: This study analyzes the conceptions of reading and writing developed within the scope of the Reading and Writing in Early Childhood Education Program (ProLEEI), part of the National Commitment for Child Literacy. The objective is to reflect on ProLEEI as a public policy for professional development, the role of federal universities, the continuing education of preschool teachers, and the theoretical production linked to the LEEI Sul collection. Methodologically, this is qualitative research of a bibliographic and documentary nature. The Program recognizes the child as an active subject who constructs knowledge about written language through interactions, play, storytelling, and pedagogical mediation, without the premature introduction of formal literacy instruction. Analysis of the LEEI Sul collection reveals that the works document and critically examine everyday experiences, contributing to knowledge production derived from praxis. The study concludes that ProLEEI strengthens teacher training by linking public policies, universities, and school systems through a collaborative approach, promoting pedagogical practices aligned with children's rights to multiple languages and written culture.

Keywords: Early Childhood Education. Public policy. Teacher training. Federal universities. Literacy.

Introdução

A leitura e a escrita constituem práticas culturais que acompanham as crianças desde a primeira infância, sendo construídas mediante interações, brincadeiras, experiências sociais e múltiplas linguagens presentes nos variados contextos cotidianos. Na Educação Infantil, o contato com a cultura escrita não se deve relacionar à antecipação da alfabetização, mas sim à ampliação do repertório infantil em situações significativas de leitura, oralidade e registro escrito. Nesse processo, respeitam-se os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, reconhecendo-os como sujeitos históricos, sociais e de direitos. Sob essa perspectiva, as políticas públicas voltadas à formação docente tornam-se fundamentais para fortalecer práticas pedagógicas coerentes com a não antecipação do processo de alfabetizar.

Nesse cenário, o ProLEEI (Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil), desenvolvido no âmbito do CNCA (Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada), representa um marco relevante para a Educação Infantil brasileira ao consolidar uma política nacional de qualificação continuada voltada aos docentes da pré-escola da rede pública de todo o território nacional. O Programa visa aprimorar as práticas pedagógicas relativas à leitura, à oralidade e à escrita, promovendo a articulação entre a rotina escolar e as universidades públicas — instituições responsáveis pela mediação pedagógica e científica desse processo formativo em âmbito nacional. Indo além da mera oferta de cursos, a iniciativa estrutura uma rede colaborativa de capacitação, pesquisa e produção de conhecimento, fortalecendo a aproximação entre universidade, escola e políticas públicas, promovendo o desenvolvimento profissional docente e mantendo o foco central nas crianças da Educação Infantil.

A implementação do Programa impulsionou, de igual modo, a produção de pesquisas, relatos de experiência e materiais científicos voltados ao registro dos percursos formativos desenvolvidos nas diversas regiões brasileiras. A Região Sul produziu a coletânea LEEI Sul, constituída por três obras que congregam experiências, reflexões e investigações empreendidas por formadores estaduais, municipais e cursistas. Tal acervo afigura-se fundamental para a compreensão dos impactos dessa política pública na formação docente e nas práticas desenvolvidas na Educação Infantil ao longo do biênio 2024-2025.

À luz dessa situação, este artigo tem como objetivo discutir o ProLEEI enquanto política pública voltada à alfabetização na Educação Infantil. Para tanto, reflete-se sobre o papel das universidades federais na implementação da formação continuada, as concepções de leitura e escrita que fundamentam o Programa e a produção científica decorrente do acervo LEEI Sul. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, cuja base analítica constitui-se de documentos oficiais, cadernos formativos, referenciais teóricos e obras produzidas ao longo do referido programa.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por buscar compreender e interpretar os processos que envolvem o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), considerando seus aspectos políticos, formativos e pedagógicos. Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa dedica-se à compreensão dos significados, das relações, das experiências e principalmente dos fenômenos sociais, possibilitando assim, uma análise aprofundada das políticas públicas e de seus desdobramentos nos diferentes contextos educacionais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de produções científicas relacionadas às políticas públicas educacionais, à formação de professores, à alfabetização e à Educação Infantil, dialogando com autores como Stephen Ball, Paulo Freire, Lev Vygotsky, Magda Soares e António Nóvoa, e professores participantes da coletânea do LEEI Sul de diferentes esferas do programa. Já a pesquisa documental compreende a análise de documentos oficiais que estruturam o ProLEEI, como o Decreto nº 11.556/2023, os cadernos formativos do Programa, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos

disponibilizados pelo Ministério da Educação, tomadas neste estudo como fontes de análise para compreender os percursos formativos e a produção de conhecimentos decorrentes da política pública.

Políticas Públicas e o ProLEEI

As políticas públicas configuram a atuação do Estado em resposta às demandas prementes emergentes das distintas esferas sociais. Tais carências manifestam-se no cotidiano a partir dos níveis federal, estadual e municipal, nos quais, mediante um conjunto articulado de ações, metas e diretrizes, busca-se solucionar os problemas tidos como prioritários em determinado contexto. Trata-se, pois, de intervenções estatais destinadas a traduzir intenções políticas em práticas concretas, viabilizadas por meio da alocação de programas, recursos financeiros, corpo docente/técnico e infraestrutura para a sua efetiva concretização.

Costa e Machado (2017) fundamentam a locução "Política Pública" mediante sua análise etimológica e conceitual: "política", oriunda do latim *politicus* e do grego *politikós*, remete ao compromisso com o bem comum nas relações entre a sociedade e o governo, referindo-se aos processos decisórios concernentes à gestão coletiva de uma localidade; por sua vez, "pública", proveniente do latim *publica*, relaciona-se ao povo e ao interesse coletivo. Depreende-se, portanto, que a política pública compreende a participação popular na tomada de decisões sobre questões de relevância social com impacto direto ou indireto sobre a população, visando à resolução de problemas, ao atendimento das carências gerais e à tomada de medidas direcionadas à melhoria da realidade da maioria.

Ao adentrar o campo específico das políticas públicas educacionais, observa-se que o exame de uma proposta exige o afastamento de visões lineares, estritamente normativas e rígidas. Torna-se imprescindível ir além e analisar a realidade, as necessidades e as premissas postas, superando a concepção de que a educação e a instituição escolar seriam meras receptoras passivas de diretrizes genéricas. Para compreender a materialização de um programa formativo, recorre-se à abordagem formulada por Stephen Ball e Richard Bowe: a teoria do Ciclo de Políticas. Essa vertente teórica pós-estruturalista defende que as políticas educacionais não são simplesmente executadas, mas sim interpretadas e recontextualizadas ao longo de diferentes instâncias. Ball, Bowe e Gold (1992) discorrem sobre como a legislação se articula com o cotidiano escolar, denominando esse processo de hibridismo — momento no qual as intenções normativas se entrecruzam com as especificidades locais, culturais e históricas.

Inicialmente conhecido apenas como LEEI, o programa surgiu como um projeto de extensão e pesquisa de universidades federais voltado ao estudo e apoio do desenvolvimento da linguagem na primeira infância. A iniciativa foi interrompida entre 2019 e 2020 devido a gestões federais que desconsideravam os saberes construídos histórica, social e culturalmente como base para a construção da sociedade. Posteriormente, com a expansão do projeto sob a forma de política pública nacional conduzida pelo MEC, o programa transformou-se em ProLEEI, sendo oficializado no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada após o seu retorno. Com a mudança governamental e a instituição desse Compromisso pelo Decreto nº 11.556/2023, o Ministério da Educação (MEC) retomou a colaboração exclusiva com as universidades públicas para a articulação e concretização da formação continuada direcionada aos professores atuantes na primeira infância (LEAL; PESSOA, 2026), com o intuito de "[...] garantir a alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas" (Brasil, 2023, p. 3).

O Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), vinculado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), constitui uma política de formação continuada voltada a docentes atuantes na pré-escola das redes públicas em todo o território nacional. A iniciativa busca aprimorar as práticas pedagógicas focadas na leitura, na oralidade e na escrita durante a Educação Infantil, representando um marco histórico para a primeira etapa da Educação Básica ao ser reestabelecida a partir de 2023.

As origens do LEEI remetem a debates iniciados em 2008 acerca da Educação Infantil e

de seu papel no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, com desdobramentos na futura concretização da alfabetização. Essa discussão ganhou impulso em 2013 mediante a política Currículo em Movimento, promovida pelo MEC em cooperação técnica com a UFMG, UFRJ e UNIRIO. A atuação conjunta dessas instituições resultou na elaboração da Coleção LEEI, conjunto de cadernos formativos anteriormente utilizado em programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e que retomou a centralidade nacional na formação docente em 2023, consolidando-se e ganhando visibilidade desde então (LEAL; PESSOA, 2026). Os cadernos foram atualizados e reorganizados no ano de 2024, constituindo a base teórica para a condução das formações com professores de todo o país; ademais, todas as regiões brasileiras possuem seus próprios Cadernos Formativos ou Guias de Percursos do LEEI.

Contudo, os avanços teóricos e institucionais consolidados ao longo do tempo auxiliaram a tornar mais compreensíveis as tensões iniciais inerentes à implementação do ProLEEI. O debate central versou — e ainda versa — sobre o foco de incluir a Educação Infantil de maneira concreta em uma política nacional de alfabetização, tensionando os limites entre a garantia do direito de apropriação da cultura escrita desde a infância e o risco de uma escolarização precoce e mecanicista de crianças pequenas. Nesse sentido, o ProLEEI se consolida como uma política pública que assegura um direito subjetivo à educação, franqueando às crianças o acesso às diferentes formas de constituição das linguagens oral e escrita. Para tanto, o programa atua especificamente na formação continuada de professores que lecionam para a faixa etária de 4 e 5 anos, viabilizando o acesso a repertórios de mundo por meio de práticas de leitura e escrita, além de valorizar os conhecimentos prévios construídos pelas crianças desde o nascimento e as vivências consolidadas no ambiente escolar.

O Programa estrutura-se por meio de uma rede colaborativa, contando com a mediação de universidades federais situadas nas distintas unidades federativas brasileiras e no Distrito Federal. Essas instituições assumem a função de mediadoras da política pública, capacitando, em um fluxo cascading (em cascata), os formadores estaduais e municipais até alcançar o ambiente da sala de aula, representado pelas professoras cursistas — as quais atuam diretamente para que a política pública se efetive junto às crianças da Educação Infantil. Nesse contexto, compreender o papel desempenhado pelas universidades federais revela-se fundamental, visto que tais instituições constituem o primeiro elo na cadeia de implementação do ProLEEI.

A mediação institucional das Universidades Públicas e as práticas de alfabetização na escola real

Na arquitetura do ProLEEI, as Universidades Federais assumem a função de agentes mediadores fundamentais para a efetivação dessa política nas escolas públicas de todo o país. Longe de atuar como meras executoras de trâmites burocráticos do MEC, tais instituições operam como suportes coletivos que interpretam, traduzem e ressignificam os cadernos e as orientações metodológicas do programa junto aos formadores estaduais, municipais e docentes. Constituem-se, portanto, como pilares de sustentação pedagógica e operacional do ProLEEI. As universidades públicas não se limitam a validar e transmitir conteúdos, mas desenham estratégias, produzem materiais didáticos de qualidade e atuam como polos multiplicadores que viabilizam a chegada do programa aos municípios e, conseqüentemente, aos professores e às crianças.

Os documentos oficiais do MEC apontam a participação de 28 universidades públicas parceiras, distribuídas por 24 estados e pelo Distrito Federal (BRASIL, 2026), que atuam conjuntamente em prol de uma formação docente qualitativa, crítica, reflexiva, pautada no rigor científico e na superação de debates anacrônicos, visando a um impacto prático no cotidiano das instituições públicas de ensino brasileiras. Todo esse movimento suscita debates amplos e contemporâneos acerca da efetiva consolidação dessa política pública até o seu alcance nas escolas e junto às crianças, tidas como protagonistas desse processo.

Essa tensão entre a diretriz formativa e a realidade evoca os escritos de Paulo Freire (1968; 1998) concernentes à emancipação dos sujeitos e à autonomia docente. Na perspectiva freireana, todo processo educativo ou formativo que desconsidere o repertório histórico, os saberes e as

vivências do educando configura-se como uma "invasão cultural" — isto é, um ato de imposição que silencia o sujeito. No mesmo viés teórico, emergem as discussões de Vygotsky (1985) ao refletir sobre a alfabetização de maneira ampla, superando a concepção de um processo mecânico e passivo, haja vista que os indivíduos são singulares e aprendem de modos, tempos e espaços distintos. Em suas reflexões, o autor destaca a alfabetização como um instrumento cultural, segundo o qual a apropriação do sistema escrito ocorre por meio de práticas sociais qualificadas, adquirindo sentido quando sua função e utilidade social são percebidas no cotidiano.

As universidades públicas desempenham um papel essencial na formação inicial e continuada de professores, favorecendo de modo direto a consolidação de uma educação básica pública, gratuita e de qualidade. Além de impulsionarem a produção científica e o desenvolvimento de pesquisas voltadas às demandas educacionais, essas instituições articulam ensino, pesquisa e extensão, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade escolar. No âmbito das políticas públicas de capacitação docente, tais instituições assumem a responsabilidade de mediar processos formativos que fortalecem a prática pedagógica, estimulam a reflexão crítica e viabilizam a construção de saberes fundamentados teoricamente. Dessa forma, reafirmam seu compromisso social com a valorização da docência e com a qualificação do ensino, contribuindo para a garantia do direito à educação e para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem em todo o território nacional.

Nóvoa denomina essa união entre universidade, profissionais e escola como "Triângulo da Formação", "pois é na interação entre três vértices, neste triângulo, que se encontram as potencialidades transformadoras da formação docente" (2019, p. 7). Tal concepção estrutura o desenvolvimento profissional a partir da articulação entre três dimensões fundamentais, sendo cada uma delas crucial para assegurar o ensino de qualidade às crianças: a universidade, responsável pela produção e sistematização do conhecimento científico; a profissão docente, marcada pela constituição da identidade profissional e pelos saberes da experiência; e a escola, compreendida como espaço privilegiado de aprendizagem, reflexão e aprimoramento da prática pedagógica. Essa perspectiva rompe com a visão de uma capacitação meramente acadêmica ou estritamente prática, mantendo em vista a constante presença da práxis. Nesse sentido, a universidade pública assume um papel estratégico ao promover processos formativos plurais em diálogo constante com o chão da escola e com seus educadores, fortalecendo a categoria e contribuindo para a qualificação da educação pública.

Nesse sentido, as universidades vinculadas desempenham um papel socialmente fundamental ao realizar essa mediação sem descaracterizar as realidades locais. Esse processo concretiza-se mediante uma formação continuada de qualidade, que propicia aos docentes a reflexão, o debate, a reconstrução das práticas e a própria autoformação cotidiana, atuando como pontes entre o rigor científico esperado de tais instituições e a práxis vivenciada no ambiente escolar. Ao assumirem essa responsabilidade, o ProLEEI e as universidades públicas buscam consolidar a premissa de uma formação continuada potente, que não se reduza à transmissão passiva de conhecimentos abstratos alheios ao contexto em que se insere. Assegura-se, assim, por meio da ensino e da pesquisa pública de qualidade direcionadas à Educação Básica, que a teoria metodológica se converta em práxis a partir da atuação dos professores, respeitando a autonomia docente destacada por Freire e a função social da alfabetização defendida por Vygotsky.

Práticas de Leitura e Escrita na Infância: as crianças e os docentes

A materialização do ProLEEI no chão da escola exige o alinhamento a uma concepção pedagógica que respeite as linguagens e as infâncias na Educação Infantil. Segundo o Caderno 4 do ProLEEI, destaca-se que, na perspectiva da leitura de mundo, a Educação Infantil desempenha um papel fundamental ao "ampliar as experiências das crianças; dar oportunidade para elas narrarem o vivido, o observado, o sentido, o imaginado; criar um coletivo de ouvintes capazes de continuar a história uns dos outros; buscar diferentes formas de registrar as experiências individuais e coletivas (...)" (BRASIL, 2016, p. 22). É a partir dessa construção do repertório cultural que a alfabetização se concretiza de modo efetivo, permitindo às crianças perceberem a sua utilidade e relevância social.

Os documentos orientadores da Educação Infantil, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concebem a criança sob uma perspectiva distinta daquela adotada em períodos anteriores. Tais referenciais caracterizam a criança como sujeito histórico e de direitos, produtora e protagonista de suas aprendizagens, interesses e culturas. Tendo como eixo os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017) —, as propostas voltadas à leitura, à escrita e à literatura infantil passam a ser mediadas pelos professores no intuito de favorecer a ampliação do repertório de conhecimentos sobre a cultura escrita que a cerca.

É nesse ponto que as contribuições teóricas de Magda Soares sobre a construção do repertório cultural e social de escrita da criança tornam-se indispensáveis para a concretização do processo de alfabetização. Soares (2020) defende a indissociabilidade entre a apropriação do sistema de escrita e a imersão nas práticas sociais de leitura e de escrita, sustentando que a alfabetização se estrutura em três “camadas”: os contextos culturais e sociais do uso da escrita; a leitura e a produção de textos (o uso efetivo da escrita); e a aprendizagem do sistema de escrita alfabética (SOARES, 2020). O ingresso da criança no mundo da escrita se inicia ainda na primeira infância (desde quando é bebê), constituindo um processo único, complexo e indissociável de sua realidade concreta.

Na Educação Infantil, a inserção e a construção do repertório cultural de leitura e escrita exigem a participação ativa da criança por meio do lúdico, das interações com o meio e com o outro e da oferta de múltiplas linguagens. Artur Moraes (2012) defende o trabalho com a leitura e a escrita desde a primeira infância, destacando que essa abordagem “não implica ensinar, sistematicamente, correspondência grafema-fonema, no final da Educação Infantil, mas, sim, garantir o direito a vivenciar práticas de leitura e produção de textos escritos e de reflexão sobre a notação alfabética” (MORAIS, 2012, p. 171), assegurando o acesso aos bens culturais com a mesma equidade e potência, tanto na escola pública quanto na privada.

Não é raro observar escolas que, desde a Educação Infantil, organizam as carteiras de forma enfileirada e propõem atividades estereotipadas e padronizadas, até mesmo para bebês, visando à antecipação e à preparação para o processo de alfabetização de maneira mecânica, artificial e focada na decodificação infrutífera de letras e números, descontextualizada e vazia de sentido (PASQUALINI; LAZARETTI, 2020). O ProLEEI busca desconstruir essas concepções engessadas de preparação para o Ensino Fundamental por meio da formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil. Nesse cenário, o docente exerce o papel de mediador entre a criança e a cultura letrada de maneira lúdica e contextualizada com a sua realidade. Assim, em vez de focar na preparação para a alfabetização propriamente dita, inserir a criança na cultura escrita significa expandir suas percepções de mundo a partir das interações e da brincadeira — processos que exigem sensibilidade e intencionalidade pedagógica em todo o cotidiano escolar.

A fundamentação teórica do ProLEEI apoia-se em cadernos formativos elaborados por pesquisadores brasileiros de reconhecida trajetória nas áreas da Educação Infantil, alfabetização, letramento, infâncias, formação docente e políticas educacionais. A expressiva presença desses intelectuais — em sua maioria vinculados às universidades públicas federais — evidencia a relevância de valorizar os pesquisadores nacionais e reafirma o papel estratégico da universidade na produção do conhecimento científico que embasa as políticas públicas. Assim, promove-se a aproximação entre a pesquisa acadêmica, a formação de professores e a prática pedagógica em um movimento contínuo de construção coletiva voltado à transformação da educação.

O sucesso de uma política pública como o ProLEEI não deve ser mensurado por métricas de desempenho exclusivamente quantitativas, mas sim pela capacidade de a formação, mediada pelas universidades, continuada e atenta à realidade docente, promover, na ponta, o acesso das crianças à linguagem escrita como uma atividade social (TEBEROSKY; COLOMER, 2003). Trata-se de viabilizar uma imersão real e significativa no universo da leitura e da escrita, visando a uma alfabetização futura humanizada e que faça sentido para os alunos — um processo colaborativo que se revela no cotidiano do desenvolvimento infantil.

Portanto, no âmbito do ProLEEI, as práticas de leitura e escrita na Educação Infantil são compreendidas como experiências culturais, sociais e interativas, que possibilitam às crianças o ingresso no universo da linguagem escrita de forma significativa, sem a antecipação precoce da

alfabetização. A proposta do Programa reconhece que a aproximação com a cultura letrada ocorre por meio da escuta de histórias, das rodas de conversa, das brincadeiras, das produções orais, dos registros coletivos, do contato com múltiplos gêneros textuais e das diversas linguagens presentes no cotidiano escolar. Assim, a leitura e a escrita não se restringem a atividades mecânicas de decodificação, mas constituem práticas sociais pautadas de sentido, nas quais os alunos observam, experimentam, interpretam e atribuem significados aos seus diferentes usos. Nessa perspectiva, o professor atua como mediador, organizando intencionalmente ambientes que ampliem as vivências infantis e fortaleçam sua inserção no mundo letrado, respeitando os direitos de aprendizagem, as infâncias e a condição das crianças como sujeitos históricos da Educação Infantil.

Reflexões sobre a coletânea LEEI SUL 2026

Os cadernos nacionais constituem os principais materiais formativos do programa LEEI para subsidiar a formação continuada dos professores cursistas, representando a base teórica que sustenta e fundamenta os estudos e reflexões sobre a leitura e a escrita na Educação Infantil. Paralelamente a esse acervo, cada região do país promoveu a elaboração de materiais próprios, cujos cadernos regionais contextualizam as especificidades culturais, linguísticas, sociais e educacionais de cada estado participante. Na Região Sul, o material próprio foi denominado LEEI SUL, sendo produzido de forma colaborativa entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e suas respectivas instituições de ensino superior: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que também conduzem as formações em seus territórios. A proposta do ProLEEI consiste em preservar a unidade nacional de princípios, permitindo, contudo, que a formação dialogue com as realidades locais e respeite a diversidade brasileira.

Desde a implementação do programa, em 2024, diversas pesquisas e estudos sob variadas vertentes vêm sendo desenvolvidos no âmbito acadêmico. Como fruto dessa construção coletiva decorrente da formação na Região Sul, foram publicados três livros que integram a coletânea LEEI SUL: *Retratos do LEEI Sul*; *Experiências da Formação do LEEI Sul: Práticas Inspiradas com Acervos Literários*; e *A Formação do LEEI Sul: contextos, currículo e docência na Educação Infantil*.

Os textos apresentam momentos marcantes e significativos da formação, permanentes pela leitura literária. Os relatos explicitam a potência do LEEI, do encontro, da troca, dos estudos e reforçam a necessidade de maior investimento nesses profissionais que exercem a docência na Educação Infantil (Michel et. al., 2026, p. 5).

A construção dessa coletânea emerge das produções escritas de inúmeros cursistas, formadores municipais e estaduais dos três estados da Região Sul, dando visibilidade e voz a quem concretiza o programa nas diferentes instâncias formativas. São textos que não se limitam a uma perspectiva triunfalista ou focado apenas nos acertos, mas que perpassam as diversas esferas que tangenciam o programa como um todo. Assim, os escritos “[...] apresentam momentos marcantes e significativos da formação [...]” (MICHEL et al., 2026, p. 5), afinal, o processo formativo busca “[...] levar às professoras a reflexão sobre suas práticas e a compreensão de sentido da leitura e escrita na Educação Infantil, contribuindo para a construção de currículos comprometidos com a função social da escrita e a construção de sujeitos leitores” (ALBUQUERQUE; VIEIRA, 2026, p. 7).

O Caderno 3 do ProLEEI, que orienta as formações realizadas com as professoras, descreve que na Educação Infantil, dentre as possibilidades de trabalho pedagógico, é “[...] mais importante do que, por exemplo, ensinar letras do alfabeto é familiarizar as crianças, desde bebês, com **práticas sociais em que a leitura e a escrita** estejam presentes exercendo funções diversas nas interações sociais [...]” (BRASIL, 2016, p. 27, **grifo nosso**). Nessa perspectiva, o livro inicial da coletânea, *Retratos do LEEI Sul*, configura-se como um acervo fundamental de memórias e trajetórias, concebido para capturar a essência da identidade docente na Educação Infantil dos participantes do ciclo 2024-2025 e dar-lhes voz. A obra atua como um espelho reflexivo sobre os percursos formativos, os desafios compartilhados e as transformações vivenciadas por professoras e formadoras municipais ao longo do programa. Ao registrar essas narrativas, o livro valida o cotidiano escolar como um território pulsante de produção de saberes e afetos, reafirmando o compromisso com uma prática

humanizada e com um olhar sensível às infâncias. Desse modo, a publicação assume um papel político e formativo crucial, convertendo a vivência individual em patrimônio coletivo da educação da Região Sul.

Cabe destacar o relato da professora Milene Domingues Batista (2016, p. 397- 398), que ressalta como a intencionalidade docente e a apropriação adequada do tempo e do espaço qualificam as interações e ressignificam o fazer educativo. Conforme reflete a autora, a organização intencional do cotidiano favorece a criação de ambientes promotores de descobertas, encantamentos e vínculos entre as crianças.

Ao criar um ambiente intencional, que convidasse as crianças à construção de experiências significativas com os livros e com o outro, abrimos um território de descobertas e encantamentos. Um espaço onde as relações se tecem com palavras, olhares e escutas. Nesse contexto, reconhecemos a potência das crianças em estabelecer vínculos, acolher o outro e compartilhar as delícias das histórias que escolhiam, contavam, reinventavam e desejavam viver.

As crianças ampliaram suas culturas ao se deixarem guiar pela curiosidade e pelo prazer de se envolver com o mundo imagético que os livros oferecem. Nos encontros em que o tempo fluía ao lado dos livros, desdobraram-se processos significativos de aprendizagem, permeados por contações de histórias, conversas espontâneas e momentos de puro deleite.

Para que essa intencionalidade se concretize, é fundamental reconhecer a premissa de que o professor necessita de uma formação inicial e continuada de qualidade, reflexiva, crítica e voltada à transformação cotidiana de sua prática junto às crianças.

O segundo livro reúne um compilado de textos autorais das formadoras municipais. Ao registrar essas narrativas e vivências, a obra consolida os momentos de formação continuada como legítimos espaços de reflexão, intencionalidade, práxis e trabalho coletivo. Esse movimento fortalece o posicionamento crítico e a autonomia das professoras, demonstrando a indissociabilidade entre teoria e prática quando a literatura infantil assume a centralidade do fazer pedagógico diário. Assim, o processo formativo deixa de ser um evento isolado e passa a ser compreendido como uma dinâmica viva de transformação da identidade profissional na Educação Infantil, tendo a criança como a verdadeira protagonista de todo esse percurso.

Na última obra encontram-se

[...] reflexões sobre percursos formativos, metodologias, currículos e docência, mas, sobretudo, descobrimos o compromisso de quem acredita que a literatura, a oralidade e a vivência de leitura e da escrita como práticas sociais, que permeiam de diversas maneiras as infâncias, são direitos de todas as crianças. É uma obra que celebra a potência do encontro entre teoria e prática; ciência, arte e arte; imaginação, criatividade e visão crítica do mundo (Baptista, 2026, p. 5).

Ao articular os contextos educacionais, as concepções de currículo e as práticas docentes, a obra reafirma a criança como sujeito de direitos, reconhece a centralidade das interações, das brincadeiras e das múltiplas linguagens no cotidiano educativo e fortalece a compreensão de que a formação docente é um processo permanente, construído de forma coletiva, crítica e situada. Nesse sentido, o livro contribui para adensar o debate sobre a materialização das políticas públicas de formação e sobre a consolidação de práticas pedagógicas rigorosamente comprometidas com uma Educação Infantil de qualidade.

Com base em Vygotsky (2000), os processos de alfabetização e letramento devem

articular saberes teóricos e práticos por meio de propostas que assegurem a participação ativa dos sujeitos. Nessa perspectiva, reconhece-se a indissociabilidade entre as diferentes linguagens, compreendendo a leitura e a escrita como funções culturais complexas construídas via mediação pedagógica e colaboração mútua.

A análise da coletânea evidencia que o LEEI Sul ultrapassa a dimensão de uma política de formação continuada restrita à oferta de materiais e encontros formativos engessados e pragmáticos, constituindo-se como um espaço legítimo de produção de conhecimentos, narrativas e ressignificação das práticas pedagógicas. Os três livros registram experiências, reflexões e pesquisas que revelam o potencial transformador de uma formação fundamentada no diálogo entre teoria e prática, na valorização das vivências docentes e na compreensão da leitura e da escrita como práticas sociais vivas no cotidiano das infâncias. Nesse movimento, reafirma-se a centralidade da formação permanente como condição indispensável para a consolidação de currículos comprometidos com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, fortalecendo o papel das professoras como mediadoras de experiências profundamente significativas.

Portanto, a produção científica decorrente do LEEI Sul não apenas documenta os percursos formativos vivenciados na região, mas também amplia o debate sobre a implementação de políticas públicas voltadas à linguagem escrita na Educação Infantil. Evidencia-se, assim, que a qualidade educacional depende do investimento contínuo na formação docente, da valorização dos saberes construídos coletivamente e do reconhecimento da criança como protagonista de suas aprendizagens — sem ignorar, contudo, os percalços e dilemas que emergem do cotidiano escolar e que servem de subsídio para o aprimoramento constante das práticas pedagógicas.

Considerações Finais

O ProLEEI, enquanto política pública de alfabetização, busca proporcionar em larga escala uma formação continuada de qualidade para professores atuantes em turmas de pré-escola em todo o país, reafirmando o compromisso do Estado com a garantia do direito das crianças à inserção na cultura escrita desde os primeiros anos de vida, sem a antecipação precoce da alfabetização. Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que a materialização dessa política ultrapassa os documentos normativos e se concretiza por meio da atuação articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as universidades públicas, os formadores estaduais e municipais e as professoras cursistas. Nesse cenário, as universidades federais assumem um papel estratégico ao mediar os processos formativos e produzir conhecimento científico em conjunto com quem concretiza o programa na ponta, fortalecendo uma educação pública profundamente comprometida com os direitos das infâncias.

Da mesma forma, a análise da coletânea LEEI SUL evidenciou que a formação continuada também é produtora de conhecimento, ao registrar narrativas de formadores e cursistas, vivências pessoais e coletivas, bem como pesquisas desenvolvidas na Região Sul. As obras demonstram que a implementação de uma política pública não ocorre de forma linear ou simplista, mas é continuamente redefinida pelos sujeitos envolvidos, em constante diálogo com os contextos locais e com os desafios da realidade escolar. Assim, conclui-se que o ProLEEI representa um avanço expressivo para a Educação Infantil brasileira, ao fortalecer a articulação entre universidades e redes públicas, qualificar a formação docente e reafirmar a leitura e a escrita como práticas sociais constitutivas do cotidiano infantil, contribuindo decisivamente para a construção e efetivação de políticas públicas comprometidas com uma educação democrática e de qualidade.

Referências

ALBUQUERQUE, S. S.; Vieira, D. M. Produção de saberes e conhecimentos a partir da formação do LEEI na Região Sul. In: MICHEL, C. B. et al. (org.). **Experiências de formação no LEEI Sul: práticas inspiradoras com acervos literários**. Porto Alegre: Gráfica AS, 2026. p. 7 - 9.

BALL, S. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação, 2002, p. 03-23.

BATISTA, M. C.(Org.). **Bebês como leitores e autores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2016. 80 p. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, Caderno 4). Disponível em: https://lepi.fae.ufmg.br/arquivos/cadernos_colecao/Caderno_4.pdf . Acesso em: 19 mai. 2026.

BATISTA, M. D. Virando as Páginas: Um convite ao encontro com os livros, com o outro e o brincar com as histórias. In: A. G. S. A; REBELO, A. H. M. **Retratos do LEEI Sul**. Organização: Geysa Spitz Alcoforado de Abreu, Aline Helena Mafra Rebelo. Porto Alegre, RS: Gráfica AS, 2026.

BOWE, R.; BALL, S; GOLD, A. **Reformando a educação e transformando as escolas**: estudos de caso em sociologia política. Londres: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como Funciona**. ProLEEI. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/proleei/como-funciona> . Acesso em: 09 mai. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: Planalto. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Leitura e escrita na educação infantil** [livro eletrônico]: caderno de orientação para formadoras - Pro-LEEI. MEC/ SEB. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil**: práticas e interações: caderno 3. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Currículo em Movimento**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: Portal MEC – Currículo em Movimento. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2009.

CLANDININ, D. J; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Uberlândia: Edufu, 2011.

COSTA, C. B; MACHADO, M. M.. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?lang=pt> . Acesso em: 15 abr 2026.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEAL, T. F.; PESSOA, A. C. R. O LEEI no Nordeste: caminhos trilhados, aprendizagens efetivadas. In: SILVA, Thais Thalyta da et al. (org.). **Oralidade, leitura e escrita na educação infantil**: escrituras do curso LEEI na Paraíba. São Paulo: Editora Dialética, 2026. p. 11-20.

MICHEL, C. B. et al. (org.). **Experiências de formação no LEEI Sul**: práticas inspiradoras com acervos literários. Porto Alegre: Gráfica AS, 2026.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PASQUALINI, J. C.; LAZARETTI, L. M. (2022). **Que educação infantil queremos?** um manifesto em defesa da educação escolar para crianças pequenas. Bauru: Mireveja, 2022. ed. 2.

SOARES, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

TEBEROSKY, A; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIEIRA, Daniele Marques; SANTOS, Simone. **A Formação do LEEI Sul**: Contextos, Currículo e Docência na Educação Infantil. Organização: Daniele Marques Vieira, Simone Santos. Porto Alegre, RS: Gráfica AS, 2026.

VYGOTSKY, L. S. **A pré-história da linguagem escrita**. In: COLE, M. et al (orgs.). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº 71, jul/2000. (Tradução: Alexandra Marenitch; assistência de tradução: Luís Carlos de Freitas; Revisão Técnica: Angel Pino).

Recebido em 20 maio 2026

Aceito em 10 julho 2026